

Demonstrações Financeiras

Individuais

Bradesco - Kirton Corretora de Câmbio S.A

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações financeiras ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado... 4

Demonstração do Resultado Abrangente... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa... 7

Notas Explicativas da Administração ... 8

Relatório do Auditor Independente ... 28

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2022, a Corretora registrou lucro líquido no montante de R\$ 32 milhões, patrimônio líquido de R\$ 478 milhões e ativos totais de R\$ 589 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 25% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo			
Disponibilidades	4	121	329
Instrumentos financeiros		564.978	520.262
Títulos e valores mobiliários	5a	477.370	436.692
Outros instrumentos financeiros ativos	6	87.608	83.570
Créditos tributários	18c	22.547	20.890
Outros ativos	7	1.320	1.244
Total do ativo		588.966	542.725
	Nota	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo			
Provisões		79.152	75.019
Outras provisões	8	79.152	75.019
Impostos diferidos	18e	4.613	3.047
Outros passivos	10	26.722	10.298
Total do passivo		110.487	88.364
Patrimônio líquido	11		
Capital social		230.000	230.000
Reservas de capital		2.640	2.640
Reservas de lucros		245.839	221.721
Total do patrimônio líquido		478.479	454.361
Total do passivo e patrimônio líquido		588.966	542.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	R\$ mil		
		2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da intermediação financeira		29.969	53.648	18.663
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	29.969	53.648	18.663
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.170)	(805)	526
Receitas de prestação de serviços	12	1.560	3.457	3.240
Despesas administrativas	13	(1.030)	(1.557)	(1.199)
Despesas tributárias	14	(1.552)	(2.874)	(1.886)
Outras receitas operacionais	15	2.313	4.265	2.726
Outras despesas operacionais	16	(2.461)	(4.002)	(2.041)
Despesas com provisões trabalhistas		-	(94)	(314)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		28.799	52.843	19.189
Imposto de renda e contribuição social	18	(11.595)	(21.213)	(8.266)
Lucro líquido		17.204	31.630	10.923
Lucro por lote de mil ações em R\$		94,93	174,52	60,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro líquido do período	17.204	31.630	10.923
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Resultado abrangente do período	17.204	31.630	10.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	R\$ mil					
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Totais
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.000	2.640	43.964	179.428	-	446.032
Aumento de capital com reservas	10.000	-	(10.000)	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	10.923	10.923
Destinações:						
- Reservas	-	-	546	7.783	(8.329)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.594)	(2.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	230.000	2.640	34.510	187.211	-	454.361
Lucro líquido	-	-	-	-	31.629	31.629
Destinações:						
- Reservas	-	-	1.581	22.537	(24.118)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.511)	(7.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	230.000	2.640	36.091	209.748	-	478.479
Saldos em 30 de junho de 2022	230.000	2.640	35.231	197.489	-	465.360
Lucro líquido	-	-	-	-	17.204	17.204
Destinações:						
- Reservas de lucros	-	-	860	12.259	(13.119)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(4.085)	(4.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	230.000	2.640	36.091	209.748	-	478.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	28.799	52.843	19.189
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	3.771	5.278	1.462
Constituição e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	3.771	5.278	1.462
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	32.570	58.121	20.651
(Aumento)/redução em títulos para negociação	(28.071)	(40.678)	(17.875)
(Aumento)/redução em outros ativos	(2.137)	(4.038)	13
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros ativos	-	(76)	236
Aumento/(redução) em outras provisões	(1.163)	(1.163)	1.350
Aumento/(redução) em outros passivos	(763)	409	(6.511)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(897)	(10.189)	(1.428)
Caixa líquido utilizado das atividades operacionais	(461)	2.386	(3.564)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Redução em títulos disponíveis para venda	-	-	5.649
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimentos	-	-	5.649
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos	-	(2.594)	(1.973)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	(2.594)	(1.973)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(461)	(208)	112
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	582	329	217
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	121	121	329
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(461)	(208)	112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (Corretora ou Instituição) tem como objetivo a realização de todas as operações permitidas às sociedades da espécie, observadas as disposições da legislação em vigor, dentre as quais: praticar operações no mercado de câmbio; realizar a intermediação de operações de câmbio em todas as suas modalidades; prestar serviços de orientação, assessoramento e assistência técnica em operações relacionadas a câmbio, bem como em operações relacionadas com a movimentação e registro de capitais internacionais.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: provisões fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários – Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem

disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, é registrada na rubrica “Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos

Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	121	329
Total caixa e equivalentes de caixa	121	329

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

R\$ mil						
Títulos	1 a 30 dias	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021	
		Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimento (1)	477.370	477.370	477.370	-	436.692	-
Total em 31 de dezembro de 2022	477.370	477.370	477.370	-		
Total em 31 de dezembro de 2021	436.692				436.692	-

(1) Montante aplicado em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Segue abaixo a composição do resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Títulos de renda fixa	29.969	53.648	18.663
Total	29.969	53.648	18.663

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

6) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Devedores por depósitos em garantia	87.527	83.498
Rendas a receber	80	71
Outros	1	1
Total	87.608	83.570

7) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a compensar	1.273	1.241
Devedores diversos	47	3
Total	1.320	1.244

8) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Provisão para processos fiscais	73.285	69.714
Provisão para processos cíveis	1.329	1.245
Provisão para processos trabalhistas	1.314	1.075
Outras	3.224	2.985
Total	79.152	75.019

9) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificados como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

l) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo nº 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio não têm valores individuais relevantes.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III) Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos:

- Contribuição Social – Diferença de alíquota – Discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL de forma a torná-la mais gravosa para as instituições financeiras em ofensa ao princípio constitucional de isonomia, no montante de R\$ 53.774 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 48.453 mil); e
- Imposto de Renda – Lei nº 8.200/91 – Autuação fiscal decorrente da discussão da inconstitucionalidade da Lei nº 8.200/91 quanto a limitação de dedutibilidade da despesa de correção monetária, no montante de R\$ 11.998 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 11.770 mil).

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões – Despesas de Provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.075	1.244	69.714
Atualização monetária	145	85	3.571
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	94	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.314	1.329	73.285

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 13 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 12 mil) para os processos cíveis e R\$ 281.511 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 152.343 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações fiscais para exigência de valores de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS em decorrência dos procedimentos envolvendo a desmutualização da B3, no montante de R\$ 109.971 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 105.171 mil); e
- Autuações e glosas de compensações de créditos de PIS e Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei 9.718/98), no montante de R\$ 28.373 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 27.713 mil).
- No 1º semestre de 2022, houve a autuação de Imposto de Renda Retido na Fonte, na condição de responsável tributário, sobre rendimentos auferidos por Investidores Não Residentes (INR), referente ao ano de 2017, no montante de R\$ 122.818 mil.

10) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a pagar	18.123	6.986
Sociais e estatutárias	7.511	2.594
Impostos e contribuições a recolher	299	194
Outros	789	524
Total	26.722	10.298

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 230.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 230.000 mil) é representado por 181.237.792 (em 31 de dezembro de 2021 – 181.237.792) ações ordinárias e nominativas, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	245.839	221.721
- Reserva legal (1)	36.091	34.510
- Reserva estatutária (2)	209.748	187.211

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações financeiras.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	31.629	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(1.581)	
Base de cálculo	30.048	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022	7.511	25%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021	2.594	25%

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

12) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 dezembro	
		2022	2021
Serviços de corretagem	1.560	3.457	3.240
Total	1.560	3.457	3.240

13) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 dezembro	
		2022	2021
Serviços técnicos especializados	285	495	580
Processamento de dados	118	240	192
Despesas com viagens	-	76	-
Serviços do sistema financeiro	39	83	71
Despesas de publicações	30	61	131
Despesas com seguros	4	14	20
Contribuições filantrópicas	473	473	131
Outras	81	115	74
Total	1.030	1.557	1.199

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 dezembro	
		2022	2021
Contribuição à Cofins	1.261	2.284	925
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	78	173	162
Contribuição ao PIS	205	371	151
Outras	8	46	648
Total	1.552	2.874	1.886

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 dezembro	
		2022	2021
Atualização de depósitos judiciais	2.313	4.171	2.069
Ressarcimentos	-	-	610
Outras	-	94	47
Total	2.313	4.265	2.726

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 dezembro	
		2022	2021
Atualização monetária passiva	2.104	3.645	1.158
Juros e Multas	190	190	883
Outras	167	167	-
Total	2.461	4.002	2.041

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil	
	Controlador	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos		
Disponibilidades	121	329
Passivos		
Dividendos a pagar	7.511	2.594

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	28.799	52.843	19.189
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3e)	(11.520)	(21.137)	(7.676)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(159)	(172)	(116)
Outros valores	84	96	(474)
Imposto de renda e contribuição social do período	(11.595)	(21.213)	(8.266)

b) Composição das contas de resultado com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(11.766)	(21.304)	(8.380)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período, sobre adições e exclusões temporárias	171	91	114
Total dos impostos diferidos	171	91	114
Imposto de renda e contribuição social do período	(11.595)	(21.213)	(8.266)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisões cíveis	498	33	-	531
Provisões fiscais	18.769	1.431	-	20.200
Provisões trabalhistas	430	96	-	526
Outros	1.193	135	(38)	1.290
Total dos créditos tributários	20.890	1.695	(38)	22.547
Obrigações fiscais diferidas (Nota 18e)	3.047	1.566	-	4.613
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	17.843	129	(38)	17.934

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

R\$ mil			
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	285	171	456
2024	285	171	456
2025	121	72	193
2026	121	72	193
2027	121	72	193
2028	121	72	193
2029	121	72	193
2030	121	72	193
2031	121	72	193
2032	12.678	7607	20.285
Total	14.092	8.455	22.547

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 16.825 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 19.394 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Atualização de depósitos judiciais	3.047	1.566	-	4.613
Total dos impostos diferidos (18c)	3.047	1.566	-	4.613

19) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	121	-	-	-	-	121
Instrumentos financeiros	477.452	-	-	87.526	-	564.978
Títulos e valores mobiliários	477.370	-	-	-	-	477.370
Outros instrumentos financeiros	82	-	-	87.526	-	87.608
Créditos tributários	-	228	228	22.091	-	22.547
Outros ativos	46	-	-	1.274	-	1.320
Total em 31 de dezembro de 2022	477.619	228	228	110.891	-	588.966
Total em 31 de dezembro de 2021	69.839	82.867	39.253	350.766	-	542.725
Passivo						
Provisões	-	-	-	79.152	-	79.152
Outras provisões	-	-	-	79.152	-	79.152
Impostos diferidos	-	-	-	4.613	-	4.613
Outros passivos	829	18.123	7.512	258	-	26.722
Total do passivo	829	18.123	7.512	84.023	-	110.487
Patrimônio líquido	-	-	-	-	478.479	478.479
Total em 31 de dezembro de 2022	829	18.123	7.512	84.023	478.479	588.966
Total em 31 de dezembro de 2021	197	7.080	2.594	78.493	454.361	542.725

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 31.630 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.923 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Corretora, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor

justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

d) Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Andrevison Viana de Souza – Contador – CRC 1SP278582/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – Torre A, 12º Andar,
Chacára Santo Antônio, CEP 04711-904 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (“Corretora” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP-294326/O-4



bradesco